

Aspectos da corrida colonial portuguesa na África Oriental em finais do século XIX

Ofício do Governador-Geral de Moçambique ao Ministro da Marinha e Ultramar, em 13 de Dezembro de 1894. Arquivo Histórico Ultramarino/Caixa 1317/Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar/Moçambique/1893-1895/1ª Repartição/2ª Secção/AHU-ACL-SEMU-DGU/Pasta 16/Capilha 3.

Luiz Felipe Florentino
Mestrando em História
Universidade de Lisboa
l.f.florentino@outlook.com

Recebido em: 02/01/2021

Aprovado em: 13/04/2021

Comentário

Este documento trata-se de uma correspondência administrativa colonial, trocada entre o alto escalão do governo português em finais do século XIX. É constituído por um ofício de Fernando de Magalhães Menezes, Governador-Geral de Moçambique, destinado a João António das Neves Ferreira, Ministro da Marinha e Ultramar, datado de 13 de Dezembro de 1894. A finalidade central desta correspondência é a de situar a administração colonial portuguesa sediada na metrópole, sobre o clima de tensão popular pelo qual a Província de Moçambique atravessava na altura, bem como os pormenores do iminente pedido de exoneração de João de Canto e Castro Silva Antunes, Governador do Districto de Lourenço Marques, principal Districto da Província.

A versão dos fatos apresentada por Fernando de Magalhães Menezes, consiste numa valorosa fonte histórica para o aprofundamento do estudo da ação portuguesa no período. Esta documentação não limita-se a um detalhado relato acerca das relações oficiais entre o governo central da Província de

Moçambique e o governo do Distrito de Lourenço Marques, que nesta ocasião, de acordo com o que sugere o próprio documento, apresentava feições desgastadas. Sendo ainda perceptível uma atmosfera de tensão aberta entre os governantes, marcada por significativas trocas de hostilidades, na esfera interna da administração colonial portuguesa. Por meio desta correspondência, vislumbra-se também uma série de outras amplas questões que perpassaram a política portuguesa, sendo indissociáveis do projeto colonial que vinha sendo posto em prática em finais do século XIX, não apenas especificamente na Província de Moçambique, mas nos territórios que eram interpretados no período como sendo a África portuguesa, de modo geral.

O contexto em que a elaboração desta correspondência está inserida, é caracterizado, sobretudo, por uma determinada agitação de massas na África Oriental portuguesa. Em 27 de Agosto de 1894, na cidade de Lourenço Marques, difundiu-se a notícia de que por ordem de Mahazuli, líder tsonga da Magaia, até então tido pelos portugueses como súdito das Terras da Coroa de Lourenço Marques, um ataque havia sido realizado em Anguane, sede de comando militar, com o objetivo de libertar um prisioneiro africano. Confronto que resultou no espancamento do comandante e a hostilização de um pequeno destacamento português assentado na localidade (NORONHA, 1894, p. 5). Tal atitude foi o estopim de uma sublevação nativa, interpretada pela historiografia atual como a Revolta Tsonga.

Na raiz deste inicial conflito, encontra-se a inabilidade dos comandantes militares em Anguane, que assumiram o cargo após a reforma do tenente-coronel Francisco Serra. O desconhecimento generalizado das línguas nativas, do direito consuetudinário tsonga, prisões arbitrárias, bem como outros excessos e abusos cometidos por estes administradores, contribuíram significativamente para o descontentamento e sublevação da Magaia. Além disso, o então recente aumento de 900 para 1350 réis em imposto anual cobrado por palhota, nas Terras da Coroa, também conferiu a revolta as características de uma revolta tributária (PÉLISSIER, 1988, p.250-257). No entanto, a administração colonial portuguesa optou por reconhecer toda esta movimentação enquanto uma conspiração contra a presença portuguesa na região, obra arquitetada por Gungunhana (ALBUQUERQUE, 1899, p. 39), soberano do país de Gaza. Antigo aliado dos portugueses, Gungunhana era uma chefe vátua, herdeiro da dinastia Jamine e líder do que os europeus interpretaram como sendo um império, o império de Gaza, considerado o segundo maior império africano durante

o século XIX, compreendendo uma população que variava entre os números de 500.000 e 2.000.000 habitantes (GARCIA, 2008, p. 118).

Por mais que, desde o primeiro quartel do século XIX, tenha-se observado a defesa de uma guinada colonial definitiva, voltada ao continente africano, presente na imprensa e, sobretudo no Parlamento português, resultante das tenções causadas pelo processo de independência do Brasil (ALEXANDRE, 1998, p. 27-28), apenas na última década do século é que estas pretensões ultrapassaram efetivamente o campo da retórica. Pressionados com a resolução da Conferência de Berlim (1884-1885), onde estabeleceu-se o princípio de ocupação efetiva dos territórios africanos como elemento validador da soberania europeia, em detrimento do direito histórico, comumente alegado pelos portugueses, e pelo recente recuo frente as pretensões imperiais inglesas, representado pelo desfecho do Ultimato Britânico de 1890 (TEIXEIRA, 1987, p. 692-695), o governo português viu-se na necessidade de alinhar-se urgentemente as belicosas convenções internacionais. Dessa forma, em decorrência da eclosão da Revolta Tsonga e seu substancial agravamento, expedições militares organizadas em Lisboa, desembarcaram na Província de Moçambique em Abril de 1895, onde protagonizaram inúmeras batalhas e outras tantas manobras, que resultaram na prisão de Gungunhana, em Dezembro de 1895, numa localidade denominada Chaimite (WHEELER, 1980, p. 298-301).

Assim, este documento, mesmo sendo elaborado ainda durante a fase inicial da Revolta Tsonga, acaba por constituir-se enquanto uma fonte essencial para a análise deste conflito e do colonialismo português em África, de forma mais abrangente. Observa-se através de seu conteúdo as negociações com outros líderes africanos, aliados na ocasião, cujo teor denuncia a debilidade da posição portuguesa na região, claramente expressa na incapacidade de imporem-se de forma energética e na necessidade de recrutamento de povos nativos na contenção da Revolta. É possível também avaliar a dimensão da recente utilização de novas tecnologias, empregadas em meio as investidas coloniais, acentuando suas possibilidades de êxito, como é o caso do uso das linhas férreas, telégrafos, embarcações a vapor, metralhadoras e sinais pirotécnicos.

A defesa do uso excessivo da violência para além da contenção dos conflitos, defendido abertamente no texto, de forma a explicitar a generalidade e constância do seu emprego, é outro questão importante, pois desacredita as vertentes que defendem a existência de uma característica *sui generis*, um suposto pacifismo próprio do colonialismo português, que o diferenciaria dos demais

colonialismos europeus. Além disso, o contexto turbulento no campo das políticas internacionais, o qual Portugal estava inserido, transparece inúmeras vezes, através da urgência no anseio de celeridade na supressão dos movimentos, bem como na constante referência as críticas da opinião internacional já existentes e as que, porventura, poderiam ser elaboradas em decorrência da má condução dos conflitos. Dessa forma geral, esta correspondência tem a capacidade de revelar uma série pormenores que caracterizam a face multifacetada, assumida pela corrida colonial na África Oriental portuguesa em finais do século XIX.

Transcrição

[fl. 1] Ill.mo e Ex.mo Sr.

Por telegrama que acabo de receber do Lourenço Marques sei que o Governador, mais uma vez melindrado por mim, insta pela sua exoneração; confesso singelamente que me não sei haver com tantos melindres que francamente classifico de mimo extemporaneo.

Sem comentarios exponho a V. Ex.ia a causa do novo melindre.

Tencionando embarcar para Moçambique no dia 14 de novembro a fim de, reunido o Concelho do Governo pedir as devidas auctorisções para as despesas extraordinarias feitas e a fazer com a expedição à Magaia mandei em 13 ao Governador do districto o officio que

fiz publicar no Boletim Official n° 47
de 24 de Novembro, pag. 595.

Em 29 de Novembro recebi de Lourenço
Marques o seguinte telegrama, em cifra,
mas que vae traduzido como todos os outros.

Cazendo voltar hontem tarde com uma
companhia caçadores, deixando outra e
artilheria Inhambane, segundo ordem
respectivo Governador do districto falta
quarteis. Major Lobo foi-lhe hontem
communicado por expresso mandado
[fl. 2] rainha Maputo que irmão regulo e
principaes cabeças motim attentado residência
Bella Vista lhes foram cortadas cabeças,
o que estimei, como pode calcular: estou
colhendo mais informações, se V. Ex.ia concordar,
talvez fosse momento opportuno mandar Maputo
este official. Falleceu pharmaceutico hospital
Poças, nomeei um civil provisoriamente. Vapores
devem seguir em (o telegrama parece dizer
7, mas mais tarde soube era 1) Incomati.

Este Major Lobo, ex-residente da
Bella Vista, tinha tido umas questões com
o residente chefe no Maputo (tenente
graduado) questões que não tinham sido

ainda apreciadas, attendendo á crise que se atravessava, mas o Governador do districto e eu concordamos não collocar mais n'aquelles logares nem um nem outro.

Ambos foram exonerados dos seus logares, não exclusivamente por isto, mas por a força das circunstancias, por isso respondi ao telegramma - Mandé restabelecer Liborio relações e exigir com prudencia e energia reparações até onde poder. O official que lembra não pode ir causa disciplina. Antes de mandar verifique bem o facto - Em 30 de manhã lembrando-me da recommendação de V. Ex.ia mandei mais o seguinte [fl. 3] telegramma - Porque não vae Breyner Maputo?

Em 30 á tarde recebi de Lourenço Marques o telegramma seguinte: - Regulo Matolla veio dizer que Zichacha e outro regulo estão novamente reunir gente para ataque rigoroso à cidade e Matolla. Este pede auxilio nosso e é quasi certo que não lh'o dando passa para o inimigo por se ver atacado todos os lados ficando via ferrea sem defesa. Unica maneira que vejo para evitar este golpe é mandar 100 praças brancas acampar Matolla. Constar Cherinda já bateu Manhiça por não querer fazer guerra a branco; Mais peço auctorisação para estabelecer blockhaus a cinco quilômetros

cidade abrindo estrada para elles medidas estas que julgo
indispensaveis desde já para quebrar animo que indígenas
hão novamente adquirido support os tememos. - Respondi: -

Não acredito pretos venham agora atacar cidade de-
fendida mil homens, e começo acreditar tambem é falsa
noticia degolação Maputos. Supponho haver tudo isso intri-
ga movida interesses pessoas. Matolla grande patife, cautela
com armas que se lhe entregam. Se porém é essencial
mande guarnecer Matolla com forte destacamento prefiro preto
causa officio confidencial Ministerio Marinha construindo
lá recinto fortificado com artilheria facilmente servido pela
linha ferrea ficando esta alcance fogo nossas tropas, pode tambem
mandar construir blockhaus longo linha ferrea bastante distan-
ciados mutuamente ligados telephone, podendo ser socorridos linha
ferrea cujas estações pode tambem fortificar; para desesa cidade,
[fl. 4] parece bastará grande blockhaus em recinto fortificado na
elevação direita antiga linha defesa e outro bastante avançado
centro mesma linha avistando-se todos e ligados telefone
ou podendo avisar-se mutuamente e posto central signaes
pirotechnicos. Não ficará animo pretos abatidos com ataque
Marraquene. Empregue tropas brancas preferencia defesa
locaes facilmente soccoridas agua viveres e melhor aquar-
teladas informe successivamente o que fôr occorrendo -

Em 1 de manhã telegraphiei de novo -

No dia reconhecimento Maraquene pode fazer outro sobre

Angoche com 150 soldados caçadores europeus, duas peças montanha 300 pretos pelo menos e cavallaria policia muito madrugada aproveite luar todo o segredo, precaução e cuidadosa exploração guarda avançada e flanqueadores leve bois trazer Angoche e caminho metralhadoras lá ficaram. Faça avançar 6 ou 8 kilometros da linha defesa estrada Angoche corpo tropas 100 europeus, 150 pretos metralhadora servida marinheiros apoiar reconhecimento Angoane. Leve carros com rancho manhã e agua para tropas reconhecimento e apoio. Findo reconhecimento retire para Lourenço Marques pela diagonal Angoane a Langane. Refeição tarde deve já ser comida Lourenço Marques. N'esse dia defesa linha confiada policia marinheiros resto tropas europeas e pretos. Prender ou matar todos os pretos encontrar; leve petroleo incendiar tudo o que poder. Se fizer bastantes estragos parece que animo pretos ficará quebrado muito mais que construindo defesas.

[fl. 5] Em 1 á tarde recebi o seguinte telegramma:

Comunicação rainha Maputo feita Lobo não está confirmada portanto nada se pode fazer, quando lembrei este official ir 5674 (esta cifra diz ajuntamento) tive apenas attenção desejar aproveitar suas boas relações rainha não para ficar Maputo, pois deve seguir Guelph doente Lisboa, mas para investigar o que havia de verdadeiro em todas informações julgo Breyner deverá só ir quando

já tiverem sido restabelecidas relações, pois não é lá conhecido.

Respondi em 2:

Lobo estando licença junta não podia nem devia ir.

Para verificar bastará talvez mandar interprete. –

Em 2 recebi, depois de expedido o anterior,

o seguinte telegramma:

Quando recebi o ultimo telegramma V. Ex.ia tinha dado

ordem occupar já Angoane para cumprir ordem terminante

Ministro: N'este serviço seguirei quanto possivel precaução

indicada V. Ec. ia - Fechada no mesmo envelope

vinha mais o seguinte telegramma: -

Informações que tenho podido colher 36888 (isto diz alumno,

como não era possivel, supuz haver engano e ser o numero

3688 que diz desmentir) que se projecta ataque à cidade

bem como ainda não está confirmada degolação Maputos.

Respondi logo em 2.

Cumpra ordem Ministro, pondo completamente parte

minhas instrucções dadas para outro fim e quando me

consultar ponha-me ao facto antecedentes. Diga já se

[fl. 6] ordem Ministro foi provocada alguma sua communicação

ou não. Em 3, como não tivesse resposta, telegraphiei:

Quero resposta minha pergunta telegramma hontem; sem

eu receber ficam sem effeito todas minhas ordens e instrucções.

Em 3 ao meio dia recebi o seguinte telegramma:

Quando consultei V. Ex.ia, não tinha ainda recebido telegramma

Ministro relativo occupação Angoane e admiro-me que V. Ex.ia
podesse julgar o contrario: telegramma Ministro não foi
por mim provocado mas sim talvez por telegramma
ou correspondencia jornaes estrangeiros da Sud Africa
que quasi unanime nos atacam pela nossa inacção,
atribuindo-nos grande responsabilidade n'ella. –

Telegraphiei de novo: Resposta não satisfaz;
pergunto communicar Ministro por telegramma os factos
que para aqui participou relativos Maputos informações
Matolla e seguintes com estes relacionados. Com toda a
razão nos atacam jornaes estrangeiros; ha muito devia estar
feito reconhecimento Marraquene, ignoro em que se perdeu
tanto tempo, nada era tão essencial. Recorda-se certa-
mente eu dizer muitas vezes me mortificava tanta inacção
depois chegada Angolas e ordenar prompto arranjo vapores
para isso. Em 4 recebi a seguinte resposta:

Nada disse para Lisboa sobre meu telegramma dirigido V. Ex.ia
em 30 mez passado, só a V. Ex.ia consultei; não acceito por
immerecida censura de inacção, era humanamente impossivel
fazer-se mais do que se tem feito, se dependesse só de meus desejos
nunca estrangeiros nos ridicularisariam. Recorda-se V. Ex.ia
[fl. 7] quantas vezes se mostrou contrariado por eu estender linha
defesa ao perimetro exterior da cidade, impondo-me toda a
responsabilidade não effectiva mas moral do facto em
vez de a restringir a baixo como V. Ex.ia queria, lembro-me

ainda das recommendações expressas de V. Ex.ia ao partir para eu nada fazer fóra d'essa linha a não ser o reconhecimento a Marraquene que se demorou por motivos que V. Ex.ia bem deve conhecer depois d'isto ser eu (2098 diz recusado, não pode ser) inacção magoar-me tanto que vou novamente instar minha exoneração perante Ministro visto V. Ex.ia apreciar tão mal os meus serviços e a minha lealdade ainda nas mais insignificantes ordens dadas por V. Ex.ia - Ao que respondi logo: Apreciou às avessas os meus telegrammas e procedeu base errada; não me recordo dizer a V. Ex.ia que nada fizesse fóra linha defesa a não ser ir Marraquene, deve a V. Ex.ia saber nos atacam inacção no que continuo achar muita razão; porque nem foi possível ir Marraquene em 18 dias, ignoro por completo causa tanta demora.

Esta ida a Marraquene de que tantas vezes aqui se falla, consistia em fazer um reconhecimento áquelle local pelo rio Incomati, com os 3 pequenos vapores - Bacamarte (ultimamente comprado) Xefina e Mosssuril devidamente armados e resguardados. Marraquene é a principal passagem que os pretos têm no rio e por onde ligam os dois territorios da Magaia, constando que receiosos de serem [fl. 8] atacados por terra tinham os pretos passado os seus gados e mulheres para a margem esquer-

da do rio. Em Marraquene tinham os pretos, além de muitas pirogas, duas grandes barcas de passagem de que eu me queria apoderar ou inutilizar; além d'isso era a passagem seguida por todas as pessoas que vinham do territorio do Gungunhana. Era, a meu ver, o ponto principal e unico onde se podiam encontrar pretos e onde eu tencionava, depois do primeiro reconhecimento, estabelecer um posto fortificados, guarnecido por artilheria e infantaria, não só para evitar, quanto possivel a communicação dos pretos da Magaia de um para o outro lado e batel-os em detalhe, mas ainda porque é um ponto realmente estrategico, como ponto avançado para observar os movimentos do Gungunhana; com a vantagem de ser facilmente soccorrido de tudo em 6 horas pelo via maritima e fluvial.

Da importancia real de cada um dos pontos Angoane e Marraquene fallam bem alto os telegrammas que recebi da occupação de um e reconhecimento feito ao outro e que transcrevo:

Occupação Angoane feita hontem realisada com 2 companhias caçadores reino bateria artilheria uma companhia caçadores provincia columna seguiu com toda a precaução reforçada com 30 praças cavallaria e auxiliares indigenas foram estas que regressaram

[fl. 9] comigo (governador do districto) em Angoane encontraram-se alguns indigenas que destroçaram diante do fogo de alguns dos nossos auxiliares que iam vanguarda: quer dizer para occupar Angoane, posição sem importancia, foi necessario esgotar mais de metade das nossas forças e ainda auxiliares. Vamos a Marraqene. Vapores que foram Incomati debaixo ordens commandante Rainha Portugal subiram além Marraqene fizeram destroços e mortes havendo pela nossa parte apenas leves ferimentos a registar mas sendo os nossos vapores bastante perseguidos por seguido tiroteio e attingidos por grande numero de balas. O Governador não m'o disse, mas sei por outro telegramma particular que os ferimentos foram 3. Ainda hoje não posso rasoavelmente explicar a demora em se fazer este reconhecimento; quando sahi de Lourenço Marques em 14, já alli estava o nono vapor Bacamarte prompto a navegar, pois elle quem me trouxe a bordo do Guelph, e já estavam acasamatados o Xefina e Mossuril, restava apenas acasamatar o Bacamarte. Gastaram-se n'este trabalho 18 dias, havendo em lourenço Marques 16 carpinteiros!! Durante tempo que eu estive em Lourenço Marques acasamataram-se os dous unicamente com 4 carpinteiros em 6 dias cada um.

Deus

[fl. 10] Guarde a V. Ex.ia

Moçambique 13 de dezembro de 1894

Ill.mo Ex.mo Senr. Ministro

e Secretario d'Estado dos Negocios da

Marinha e Ultramar

O Governador Geral:

Fernando de Magalhães Menezes

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Mouzinho de. **Moçambique 1896-1898**. Lisboa: Manoel Gomes Editor, 1899.

ALEXANDRE, Valentim. A questão colonial no Portugal oitocentista. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Org.). **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano: 1825-1890**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

GARCIA, José Luís Lima. Mousinho de Albuquerque e o Aprisionamento de Gungunhana em Chaimite. **Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda**, Guarda, vol. 2, n. 5, p. 117-131, 2008.

NORONHA, Eduardo de. **A Rebelião dos Indigenas em Lourenço Marques**. Lisboa: Typographia do Jornal – O Dia, 1894.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**. Formação e Oposição (1854-1918) Volume 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**, Lisboa, vol. 23, p. 687-719, 1987.

WHEELER, Douglas. Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo. **Análise Social**, Lisboa, vol. 26, p. 295-318. 1980.